

CPLP: cooperar em português *Savana* 1/7/94 p. 19

Por Leonardo Júnior, no-Porto

"Visto que estou em Portugal, pretendo, mais precisamente, falar da civilização portuguesa e das suas afinidades, tanto como das suas complementaridades, com a civilização negra, podendo as duas servir de fundamento a uma comunidade cultural luso-afro-brasileira".

Assim profetizava Leopold Senghor, em 1975, em Lisboa, ao dissertar sobre a "Lusitanidade e Negritude".

Quase 20 anos depois, Lisboa acolhe a primeira Cimeira dos Chefes de Estado dos Sete Países Lusófonos que, formalmente, irá assinalar o nascimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP.

Durante anos, os governos

dos sete produziram discursos, enaltecendo a história comum, os laços culturais e outros lugares comuns sobre as relações que uniam os países lusófonos, mas nunca passaram dos discursos à prática. Ao invés, assistiu-se a um certo "virar de costas" entre a ex-metrópole e todos os restantes países deste grupo. Para além das mazelas do colonialismo, do discutível processo de descolonização, ainda se sobrepuseram as guerrinhas de um tratamento de segunda a cidadãos que os tais laços históricos e culturais aconselhariam um tratamento preferencial, foram as batalhas dos dentistas brasileiros, são os problemas de entrada de estrangeiros

dos PALOP nos aeroportos de portugueses, enfim, uma série de mal-entendidos que em nada contribuíram para o bom relacionamento.

A grande expectativa com que é aguardada a formalização da CPLP por parte da sociedade civil portuguesa e da comunidade lusófona tem a ver com a "apatia" com que os governos portugueses, desde o 25 de Abril de 74, conduziram a cooperação com as suas ex-colónias. Muitos dizem mesmo que Portugal trocou África pela Europa, quando podia muito bem "aliar a sua entrada na Europa com a sua vocação Atlântica." De resto, olhando um pouco para os anos que passaram, é muito difícil encontrar sinais de uma política de cooperação entre os sete.

Numa altura em que prolifera a constituição de organizações de carácter económico, a CPLP distingue-se pela sua originalidade. Mas não só. Ela vai também ao encontro dos que sempre defenderam que o facto de os países lusófonos não serem detentores de um grande poderio económico não explicava nem justificava que não se criassem condições de cooperação entre eles. É a opinião dos que defendem que os cinco séculos de contacto são um grande capital e que pode trazer grandes benefícios económicos, se bem aproveitado. Aliás, o alargamento da União Europeia (UE) a Sul, que permitiu a entrada de Espanha e de Portugal, foi a forma que esta organização encontrou para penetrar no vasto mercado dos países que, à partida, estaria na área de influência destes dois países da Península Ibérica.

A ideia de que a cooperação requer grandes meios financeiros acabou por

distanciar a África Lusófona de Portugal. É provável que um país rico esteja melhor colocado para cooperar com outros, mas ter uma visão economicista da cooperação é demasiado redutor. Há muito que se pode fazer para o bom relacionamento dos países sem recorrer a grandes somas. E o maior exemplo vem do Brasil. Apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, toda a gente sabe que o Brasil também não se pode gabar de ter grandes recursos financeiros para se bater com gigantes. Mas tem sido este país que tem marcado a agenda da cooperação em português. As suas iniciativas culturais são de lhe tirar o chapéu. Basta dizer que a Casa do Brasil em Lisboa é o melhor centro cultural que Portugal tem. Assim dizem os estrangeiros que têm passado por cá. Não admira, pois, que tenha sido o mesmo Brasil a "síntese da civilização portuguesa e africana", o mentor do projecto que vai

dar origem à CPLP.

Dado este primeiro passo, é necessário que os sete aproveitem esta rara oportunidade para definirem uma estratégia política que leve a cooperação frutífera. Sendo que um dos primeiros passos da CPLP serão na área cultural, há que não descurar a área política e económica.

Portugal tem, doravante, uma maior responsabilidade (mas também um grande trunfo) para defender os seus interesses fora da UE.

Espera-se também que os sete possam ter uma voz comum nos problemas que a todos dizem respeito. As suas determinações e posições sobre o caso de Timor-Leste e a guerra em Angola, por exemplo, só serão ouvidas nos organismos internacionais se reflectirem a unidade da CPLP.

Espera-se que com a CPLP, "cooperar em português" passe a significar, efectivamente, "trabalhar juntamente". A ver se ainda nos entendemos em português... ■